



**João Caiado Guerreiro**  
Advogado

**Negócios à Parte** | A política seguida pelas autoridades fiscais portuguesas é a de matar a galinha dos ovos de ouro. Em vez de se acarinharem os que criam riqueza, aterrorizam-se as pessoas, com atropelos e violações dos seus direitos

## Será proibido criar

**B**elmiro de Azevedo, Américo Amorim, José de Mello. As fortunas combinadas dos três homens mais ricos de Portugal somam mais de quatro mil e quinhentos milhões de euros. É um número colossal. Mas não capta, nem de longe, a riqueza gerada por estes três homens e as suas equipas ao longo dos anos. Belmiro fez a Sonae, com os seus hipermercados, centros comerciais, telemóveis; Amorim criou bancos (BCP, INCM); empresas de telemóveis; fez crescer o sector turístico; José de Mello, na sua segunda vida empresarial, depois da revolução lhe roubar a primeira, construiu hospitais (CUF), auto-estradas (BRISA) e reconstruiu a CUF no sector químico. É evidente que Portugal precisa de mais pessoas como estas. Os homens e as mulheres empreendedores que criam riqueza merecem todos os privilégios e vantagens que essa riqueza traz. Não só porque a fizeram mas sobretudo por que a distribuíram: a riqueza individual de cada empresário é sempre pequena quando comparada com aquilo que ele contribuiu para o desenvolvimento da sociedade em que vive. Quer directamente através dos salários que pagam, das compras que fazem, dos seus próprios investimentos e dos impostos que pagam, as pessoas em primeira mão são a base do crescimento económico das sociedades. Uma pessoa pode mudar a história de um país. É impossível responder a esta questão: teria havido descobrimentos sem D. Henrique, o Navegador? Mas é provável que

não. Sem D. Henrique, Portugal não teria dados novos mundos ao mundo. Teria sido bem mais pobre e não teria o seu lugar na história global. As fortunas colossais de muitos empresários são pois perfeitamente justas de um ponto de vista social. John Rawls, que escreveu a mais importante teoria da justiça do século passado dizia, de um ponto de vista filosófico, que as desigualdades devem ser aceites desde que a sociedade fique melhor por causa delas. Os empreendedores, pequenos e grandes, devem pois ser acarinhados, sendo importante os governos criarem condições de atracção e manutenção dos mesmos. Na verdade, não chega atraí-los para Portugal. É preciso que cá fiquem. Na época actual, os processos de criação de riqueza parecem acelerar-se cada vez mais. Da Microsoft, para o Google até ao YouTube - 1,65 biliões de dólares criados em 21 meses!!! - a riqueza parece criar-se cada vez mais depressa. E, isto, com a influência decisiva de algumas pessoas, poucas, que tem uma boa ideia e a capacidade de a executar e vender. Silicon Valley desenvolveu um ecossistema de excelentes universidades, infraestruturas, capital de risco, empreendedores. E um sistema legal e fiscal ultra-competitivo. Para todos os países do mundo, o modelo a imitar é o do Valley. E Portugal tem boas condições para tentar imitar a Califórnia. Temos um bom clima e um povo excepcional mas falta tudo o resto. As infraestruturas são apenas es-

capatórias, o ensino muito pouco exigente e o sistema legal e fiscal pouco competitivo. As reformas das infraestruturas físicas, do ensino e do sistema legal, incluindo tribunais, são um caminho essencial mas que só produz resultados a médio prazo. No curto prazo, apenas uma mudança no sistema fiscal pode produzir efeitos na nossa competitividade. Ora, o Expresso da passada semana, sob o título "Espanha S.A." documentava o fenómeno da transferência e emigração de empresários portugueses para Espanha e outros países europeus. Os empresários, que se confessam assustados com o regime de "terror fiscal" e com o estado policial em Portugal no que ao dinheiro respeita, fogem para Espanha, Inglaterra e Holanda. É urgente inverter esta situação sob pena de, a médio prazo, começarmos a ter problemas de desenvolvimento. Neste momento, a política seguida pelas autoridades fiscais portuguesas é a de matar a galinha dos ovos de ouro. Em vez de se acarinharem os que criam riqueza, aterrorizam-se as pessoas, com atropelos e violações dos seus direitos, documentadas aliás pelo próprio Tribunal de Contas. No muito curto prazo, isto até resultou em aumento da receita fiscal. Porém, se esta política não for invertida imediatamente, Portugal vai perder muito e estagnar. Na União Europeia não há quaisquer barreiras à emigração de pessoas e à deslocalização das empresas. Urgentemente, temos de acarinhar aqueles que criam riqueza em vez de os afugentar. »



**Paulo Peixoto**  
Empresário e Vice-Presidente da Associação das PME-Portugal

**Riqueza da Nação** | Esta mensagem do Sr. Presidente da República assenta como uma luva quer no tempo quer no conteúdo

## O recado

**H**á quem diga que o Presidente da República está de "casamento" feito com o Governo, uma vez que tão pequena tem sido a sua intervenção, nas questões políticas governamentais. A verdade é que a missão do Presidente da República é mesmo essa, a de acompanhar, verificar e "fiscalizar", para em alguns casos validar. Também sabemos o conhecimento que o Professor tem na questão da gestão de medidas antipáticas e, claro que melhor que ninguém, sabe que as mesmas de tão impopulares que são só podem ser postas em prática num clima de tranquilidade. Não obstante, a mensagem de Ano Novo traz um recado implícito ao Governo. Quem acompanha e não quer interferir, não implica que não esteja atento e que não faça valer os seus galões para corrigir e encaminhar aquilo que pensa que estará melhor. E esta mensagem do Sr. Presidente da República assenta como uma luva quer no tempo quer no conteúdo. Sacrificios todos são obrigados a fazer. Mas todos sem excepção. Não pode nem deve ser uma tarefa "privilegiada" de alguns. O que é preciso é que a recolha dos dividendos destes mes-

nos sacrifícios seja real e efectiva, e não uma miragem, que tarda em chegar, na dúvida de se algum dia irá acontecer. Não será por acaso que as três áreas seleccionadas foram escolhidas. Elas são a chave do problema no desenvolvimento do país. E só com desenvolvimento na Educação, na Justiça e sobretudo na Economia, poderemos aspirar à competitividade ansiada, adiada e fundamental para o crescimento que tão tarda em aparecer. O timing também foi feliz, pois coincide com mais um alargamento da Comunidade Europeia a dois novos membros, que nos obrigam a uma redobrada atenção e a uma maior proactividade para não correremos o risco de sermos mais uma vez ultrapassados. Aliás, ultrapassados como mais uma vez fomos, na entrega a Bruxelas dos planos para aplicação de verbas europeias. O que é estranho é que, até há bem pouco tempo atrás, todos os nossos responsáveis queriam crer, ou fazer crer que os planos estavam a ser cumpridos e que os prazos iriam ser respeitados. Esperar que o QREN já estaria disponível no primeiro trimestre - constata-se agora que não passou de mais uma campanha distorcida - quando, afinal, todos sabiam que na

verdade nem os trabalhos de casa estavam concluídos. São estes pequenos mas grandes aspectos que, juntos aos anúncios de hoje em dia, nos levam a ficar de pé atrás. Na verdade, nunca sabemos o que realmente é, e qual o grau de certeza nos anúncios publicados. A economia de hoje em dia, mais do que nunca funciona na base do "just-in-time". E um gestor para decidir tem que ter o máximo de informação disponível. Mas nem só de quantidade precisa, tão importante é a credibilidade da mesma. Como podem ser feitos planeamentos, se depois se constata que as premissas de entrada estavam erradas? De que vale planear estratégias, se na hora de as pôr em prática estão desfasadas, desadequadas e algumas vezes extemporâneas, em virtude do atraso na implementação das mesmas? Estas questões parecendo irrelevantes, revestem-se de uma importância assinalável, pois bem sabemos que o planeamento é meio caminho andado para o bem-fazer e consequentemente para o sucesso. Agradecemos, por isso, estar informados do que se vai passando, mas mais do que isso, estar devidamente e correctamente informados. »